

O IMPACTO DA GUERRA DO CONTESTADO NO IDEAL REFORMADOR DO EXÉRCITO E NA POLÍTICA DE DEFESA BRASILEIRA

Eduardo Rizzatti Salomão*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir o impacto da Guerra do Contestado (1912-1916) nas políticas de modernização e reorganização do Exército Brasileiro no século XX. Um dos propósitos é analisar os possíveis desdobramentos desse conflito no campo da política de defesa. Observa-se que, se o resultado da Primeira Guerra Mundial determinou a contratação da Missão Militar Francesa para operar a modernização do Exército Brasileiro, a campanha militar no Contestado evidenciou as debilidades da instituição militar e contribuiu decisivamente para a adoção de medidas reformadoras. Busca-se, também, evidenciar que o estudo desse conflito tem muito a revelar sobre a formação da mentalidade militar e o papel do Exército na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Contestado. Exército Brasileiro. Política de Defesa.

THE IMPACT OF THE CONTESTADO WAR ON THE IDEAL REFORMER OF THE ARMY AND ON THE BRAZILIAN DEFENSE POLICY

ABSTRACT

This article aims to discuss the impact of the Contestado War (1912-1916) on the modernization and reorganization policies of the Brazilian Army in the 20th century. One of the purposes is to analyze the possible consequences of this conflict in the field of defense policy. It is observed that if the result of the 1st World War determined the hiring of the French Military Mission to operate the modernization of the Brazilian Army, the military campaign in the Contestado highlighted the weaknesses of the military institution and contributed decisively to the adoption of reform measures. It also seeks to show that the study of this conflict has much to reveal about the formation of the military mentality and the role of the Army in the Brazilian society.

Keywords: Contestado. Brazilian Army. Defense policy.

* Doutor em História Social pela Universidade de Brasília. É membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG-RJ). Contato: salomao.edu@gmail.com

EL IMPACTO DE LA GUERRA DEL CONTESTADO EN EL IDEAL REFORMADOR DEL
EJÉRCITO Y EN LA POLÍTICA DE DEFENSA BRASILEÑA

RESUMEN

Este artículo tiene por objetivo discutir el impacto de la Guerra del Contestado (1912-1916) en las políticas de modernización y reorganización del Ejército Brasileño en el siglo XX. Uno de los propósitos es analizar los posibles desdoblamientos de ese conflicto en el campo de la política de defensa. Se observa que, si el resultado de la Primera Guerra Mundial determinó la contratación de la Misión Militar Francesa para operar la modernización del Ejército Brasileño, la campaña militar en el Contestado evidenció las debilidades de la institución militar y contribuyó decisivamente a la adopción de medidas reformadoras. Se busca, también, evidenciar que el estudio de ese conflicto tiene mucho que revelar sobre la formación de la mentalidad militar y el papel del Ejército en la sociedad brasileña.

Palabras Clave: Contestado. Ejército brasileño. Política de defensa.

1 INTRODUÇÃO

Desencadeada em outubro de 1912, em terras do Estado de Santa Catarina, no sul do Brasil, por questões relacionadas, inicialmente, a desavenças entre chefes políticos locais, a Guerra do Contestado (1912-1916) tomou dimensões que exigiram a participação maciça das forças militares federal e estaduais para vencer uma das mais expressivas insurreições populares da República.

Também conhecida como “guerra dos fanáticos” (STULZER, 1982) ou “guerra de S. Sebastião” (SALOMÃO, 2012), o Contestado foi um conflito cuja compreensão exige atenção às múltiplas questões envolvidas na sua gênese. Para os militares, a campanha converteu-se em verdadeira “guerra” interna, dada a mobilização superior a 1/3 do efetivo do Exército Brasileiro, além da participação das forças policiais estaduais e civis contratados e armados pelos coronéis-fazendeiros do Contestado. Para os habitantes envolvidos no movimento, o ocorrido foi uma revolta popular com propósitos diversos e forte conteúdo idealista, destacando-se a luta contra o poder de determinados coronéis-fazendeiros e o atendimento às profecias que anunciavam um conflito cujo desfecho inauguraria tempos de paz e felicidade.⁶⁰

Percebida como um evento de impacto regional, poucos pesquisadores reconheceram no Contestado um acontecimento de repercussões mais amplas

60 Sob uma perspectiva weberiana, observando a ideologia daqueles que pegaram em armas para lutar contra as forças da República, esse acontecimento é mais bem definido como fruto de um movimento sociorreligioso. A eclosão desse conflito contou com a contribuição de diversos fatores, envolvendo transformações econômicas, questões sociais, políticas e culturais. Iniciada a luta, ocorreu a adesão de grupos com interesses distintos. A maioria, entretanto, empregou símbolos e expressões permeados por significados e expectativas religiosas. (SALOMÃO, 2012, p. 32).

do que aquelas notadas nos estados do Paraná e Santa Catarina. Tal percepção é enganosa. O Contestado repercutiu na política e nas finanças nacionais. Foi um episódio que exigiu a intervenção federal, no combate à rebelião e na mediação dos interesses interestaduais, inserindo-se no contexto do coronelismo e das políticas salvacionistas do governo do Marechal Hermes da Fonseca. E, naquilo que interessa a este artigo, dos esforços para a modernização do Exército Brasileiro às políticas de defesa e segurança, muitos foram os assuntos onde o Contestado, somada aos eventos da Primeira Guerra Mundial, foi lembrado pelos tomadores de decisões.

Para os militares que atuaram no Contestado, o Exército foi mobilizado para combater compatriotas que promoveram uma insurreição percebida, em geral, como fruto do banditismo e do fanatismo religioso. Dadas as suas dimensões, a campanha militar ficou conhecida pelo eufemismo de “pequena guerra” (CARVALHO, 1915). Coube a historiografia nacional consagrar a terminologia “Guerra do Contestado”.

Abordando o tema com enfoque teórico pertinente à defesa, é necessário reconhecer que o ocorrido no Contestado não é facilmente reconhecido, em termos clássicos, como uma guerra. A definição clausewitziana, de que o fenômeno da guerra pode ser compreendido como um ato de força com o propósito de obrigar o inimigo a fazer determinada vontade, manifestando a continuação de ações políticas por outros meios (WRIGHT, 1988, p. 4), não pode ser aplicada, indiscriminadamente, a todo conflito tão somente pelo fato de nele se perceber o emprego da violência das armas. Caso se aplique a definição de guerra aos conflitos armados indiscriminadamente, adotando percepção própria do senso comum, a questão seria banalizada com riscos para a compreensão do fenômeno em estudo.

A compreensão da guerra como fenômeno cultural, como propõe John Keegan (KEEGAN, 1995), também não satisfaz o estudo aqui proposto. Com isso não se quer negar que o fenômeno da guerra, em seu sentido amplo (conflito, luta), é anterior à constituição do Estado. O que se busca é justamente analisar um conflito armado enquanto evento relacionada a um determinado contexto sociopolítico do Estado moderno. Apreciando a questão sob o ponto de vista da sociologia histórica, tendo como referência as reflexões de Charles Tilly sobre a origem e ocorrência do fenômeno dos conflitos militares, igualmente não se percebe no Contestado um acontecimento para o qual a designação de guerra seja adequada. Para Tilly, a guerra é caracterizada como um conflito entre exércitos ou forças antagônicas equivalentes ou similares perseguindo um objetivo numa zona estabelecida (TILLY, 1996, p. 127). Essa é a definição empregada no estudo que originou este artigo.

No Contestado, os rebeldes não dispunham de uma expressiva força militar. Lutavam com meios e organização precários e empregavam táticas não convencionais, não chegando a estabelecer objetivos militares em cumprimento a uma estratégia. O Contestado é aqui reconhecido como tema relevante à compreensão dos conflitos armados sob a perspectiva do estudo do Exército. Isso, entretanto, não implica considerar esse fenômeno como uma “guerra” em sentido estrito.

O objetivo deste artigo é discutir o impacto da campanha do Contestado nas políticas de modernização e reorganização do Exército Brasileiro no século XX, observando os possíveis desdobramentos desse evento no campo da política de defesa. O que motivou este estudo foi a percepção de que esse evento foi um acontecimento determinante para a adoção de medidas reformadoras e modernizadoras há tempos defendidas pelos formadores de opinião e chefes militares. Se o resultado da Primeira Guerra Mundial determinou a contratação da Missão Militar Francesa para operar a desejada modernização do Exército Brasileiro, este artigo buscará demonstrar que o Contestado contribuiu decisivamente para a adoção de medidas reformadoras e a conscientização, entre os militares, da gravidade de muitos dos problemas enfrentados pelo país.

Sobre a metodologia empregada, a pesquisa que deu origem a este artigo foi pautada pelo exame qualitativo das produções sobre o assunto, efetuando revisão bibliográfica e levantamento de fontes documentais. A respeito dos aspectos e desdobramentos do Contestado naquilo que interessa ao campo da defesa e segurança, no tocante à história política e militar brasileiras, concluiu-se que o assunto foi pouco debatido no ambiente acadêmico. Há publicações e teses de grande relevância para os interessados em compreender os vários aspectos do conflito. Poucas, entretanto, são dedicadas ao recorte de pesquisa aqui abordado. Do material consultado, a tese de doutorado do historiador Rogério R. Rodrigues (2008) revelou-se um dos estudos mais relevantes a respeito da modernização e reforma do Exército Brasileiro. Do estado da arte sobre a história militar e política do Exército, incluindo a análise da campanha no Contestado, com proveito para a discussão aqui proposta, a principal referência são as reflexões de Frank D. McCann (2009). O diálogo deste artigo dar-se-á principalmente com os autores em questão.

No tocante às fontes, o estudo do Contestado e a consulta ao que pensavam os militares à época, tem como referência as obras produzidas imediatamente após o conflito. Dessas, as mais expressivas pelos dados apresentados e a riqueza de informações são as publicações de Demerval Peixoto (1916), de Herculano T. de Assunção (1917 e 1918) e o relatório do General Setembrino de Carvalho (1915). Visando subsidiar o estudo em pauta, e confrontar os dados apresentados pelos autores supracitados, foram consultados documentos do Congresso Nacional brasileiro, do Ministério da Guerra, do Estado-Maior do Exército, jornais, revistas e obras de época, em particular as produzidas por observadores do conflito.

Nos tópicos seguintes, busca-se esclarecer o leitor sobre os acontecimentos referentes à rebelião no Contestado, de forma a melhor ambientar a discussão, bem como apresentar informações e questões pertinentes à proposta deste artigo. Espera-se, ao final, evidenciar que o estudo desse conflito ainda tem muito a revelar sobre a formação da mentalidade militar e o papel do Exército na sociedade brasileira.

2 O CONTESTADO NO CENÁRIO NACIONAL

A região do Contestado compreendeu um território de aproximadamente 25 mil quilômetros quadrados abrangendo terras disputadas pelos estados do Paraná e Santa Catarina. A questão somente veio a termo em outubro de 1916, fruto de uma sentença judicial emanada de um acordo político. Os eventos relacionados ao conflito no Contestado desenvolveram-se, em particular, na chamada Serra Acima catarinense, localizada entre os cursos dos rios do Peixe (oeste), Iguaçu (norte) e Pelotas (sul), tendo como limite leste o município catarinense de Curitiba. A região de Serra Acima fica, em média, a 600 metros acima do nível do mar, permeada por morros e vales de rios, tendo como principais características a presença de florestas de araucárias (pinheiros nativos da região) e baixas temperaturas (QUEIROZ, 1981, p. 17-19).

No cenário político, a região despertou atenção muito antes da disputa entre os estados sulistas. Entre os anos 1890 a 1895, a posse de parcela dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina foi alvo de intenso conflito diplomático entre o Brasil e a Argentina. Rememorando os resultados do Tratado de Madri (1750) e a indefinição de fronteiras, o governo argentino reclamava a posse do território. Conhecida como Questão de Palmas (ou das Missões), a disputa levou a um contencioso que exaltou os ânimos nacionais e foi concluído graças ao arbitramento favorável do governo do Estados Unidos a causa brasileira.

Na esteira da Proclamação da República, o governo argentino sugeriu a assinatura de um tratado para encerrar a questão fronteiriça. Tal sugestão contrariava a previsão de arbitragem por parte do governo norte-americano. A missão diplomática enviada pelo Governo Provisório terminou por aceitar os termos do governo argentino. Assinado pelo ministro Quintino Bocaiúva, e o seu congênere argentino Estanisláo Zeballos, o Tratado de Montevidéu (25 de janeiro de 1890) previu a divisão da região entre ambas as nações. A opinião pública brasileira indignou-se com o acerto precipitado e foram manifestadas preocupações com a soberania nacional.

A precipitação foi percebida como um gesto provocativo por parte de Buenos Aires e uma atitude irresponsável do Ministro brasileiro. Caso a questão fosse favorável às pretensões platinas, o território do Brasil meridional se viria estrangulado, talvez pondo em risco a unidade nacional. Os defensores da causa argentina proclamavam o americanismo e as boas relações entre as nações irmãs. A diplomacia brasileira, por sua vez, expressava preocupação com o rearmamento naval da Argentina e a eventual hegemonia desta no Prata (CERVO; BUENO, 2002, p. 168).

Diante da situação, o Congresso Nacional brasileiro terminou por denunciar o Tratado de Montevidéu, acatando sugestão do próprio Quintino Bocaiúva. A missão diplomática terminou por se converter em um fiasco para o governo da recém

instalada República. Acionado o arbitramento internacional, o presidente norte-americano Grover Cleveland decidiu favoravelmente à causa do Brasil, concordando integralmente com o estudo apresentado pelo barão do Rio Branco.

Encerrada a Questão de Palmas, restava estabelecer os limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina. No contencioso, Santa Catarina recebeu decisão favorável por parte do Supremo Tribunal Federal (STF). Entretanto, insatisfeito, o governo paranaense apresentou recursos para protelar a decisão. Nesse íterim, o governo federal dava forma ao acordo para a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG). Questões de ordem econômica e de segurança entraram na pauta. Ao longo dos anos, o território do Contestado fora alvo de acanhadas ações colonizadoras. A região era conhecida como importante via comercial para as tropas que, oriundas do Rio Grande do Sul, conduziam equinos e muares com destino à cidade paulista de Sorocaba. Fazendas de criação e engorda de gado, pequenos povoados e cidades de porte mediano, eram intercaladas por imensas florestas de araucárias e matas nativas ricas em madeiras e erva-mate. Até o início do século XX, a região era pouco explorada em seus potenciais econômicos e carente de povoamento. Diante da possível hegemonia militar da Argentina no Cone Sul, o governo brasileiro demonstrava preocupação. O histórico de disputas territoriais e comerciais com a Argentina, bem como de revoluções e conflitos no Rio Grande do Sul, recomendavam aprimorar o deslocamento de tropas para a região.

Sobre a disputa territorial entre os estados sulistas, a mesma nunca foi apontada como diretamente responsável pelos eventos que levaram à eclosão da rebelião no Contestado. Muitos autores destacaram que questões socioeconômicas e políticas, bem com ligadas à expressão da religiosidade dos caboclos, foram mais relevantes para se compreender os acontecimentos que conduziram à rebelião. Entretanto, como salienta Paulo P. Machado, o longo período de indefinição das divisas entre os estados marcou de forma significativa a natureza da ocupação demográfica regional e o perfil social e político da população (MACHADO, 2004, p. 123).

No decorrer do conflito, muitas das pessoas que aderiram ao movimento rebelde citavam problemas com a posse de propriedades em virtude da indefinição dos limites entre os estados. A anulação de certidões de propriedade e outros atos legais, diante do conflito entre as autoridades estaduais, em particular no vale do rio Timbó, eram comuns (MACHADO, 2004, p. 131). A insegurança jurídica, aliada aos interesses políticos e econômicos, causou atritos que seriam rememorados nos dias da insurreição.

Quando da eclosão da rebelião no Contestado, a região passava por uma intensa transformação socioeconômica. Definido o acordo que resultou na construção da EFSPRG, o governo brasileiro, sem recursos para custear o empreendimento, cedeu à *Brazil Railway Company*, do grupo do empresário norte-americano Percival Falquar, a exploração das terras localizadas às margens da obra.

Essa faixa correspondia a um domínio médio de 9 quilômetros por margem da ferrovia (MACHADO, 2004, p. 143). Construída a ferrovia, foi instalada na região a empresa *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* (do mesmo grupo Falquar) e iniciada a exploração madeireira e colonizadora.

Com o aquecimento econômico, fazendeiros passaram a se interessar nas terras devolutas, em busca de lucros com a revenda das mesmas. Imensas serrarias passaram a operar, mudando a paisagem rural. Em prejuízo de posseiros estabelecidos a longa data, terras devolutas foram requisitadas por empresas colonizadoras. Aqueles que resistiam, eram expulsos. A disputada com grandes proprietários também não foi favorável aos pequenos criadores e plantadores. Essa situação foi denunciada pelo jornal curitibano *A Tribuna*, em edição de 5 de setembro de 1914:

Gente que há quase um século povoou estes campos devolutos, é de repente surpreendida com a notícia da venda ou arrendamento a terceiros, os quais armados do título de propriedade, não tardam a procurar desalojá-los como intrusa [...]. (BERNARDET, 1979, p. 52).

Somado a esses acontecimentos, o ambiente no Contestado era de concentração da propriedade fundiária nas mãos das lideranças políticas – importante fator de poder no contexto do coronelismo, como ressaltou Victor Nunes Leal (1997). Eram essas as lideranças – os “coronéis⁶¹” – que ditavam os rumos dos acontecimentos na esfera municipal e estadual, controlando o resultado das eleições e definindo a sorte de inúmeros habitantes locais. Foi nessa conjuntura que um movimento de inspiração messiânica se constituiu em foco das atenções, desafiando a ordem política constituída.

3 FÉ E PODER NO CONTESTADO

Para se compreender os eventos desencadeados no Contestado, bem como o cenário onde se inseriu a atuação do Exército Brasileiro, é necessário reconhecer que as condições socioeconômicas e políticas envolvidas na eclosão do conflito somaram-se à manifestação de forças profundas, de caráter religioso. Mobilizando energias e potencialidades dos integrantes do movimento e atraindo novos adeptos, as crenças religiosas conferiram à parcela expressiva dos rebeldes a convicção de que agiam em nome de determinações de ordem superior.

61 O posto de coronel, no contexto em que se insere esse artigo, é aquele auferido como membro da Guarda Nacional (GN). A aquisição de postos na GN se dava mediante boas relações na esfera política, conferindo prestígio ao portador. No Brasil, tais títulos eram certificados de mando e poder, sendo muito cobiçados pelas elites rurais. Sobre o assunto, ver LEAL, 1997.

Acredita-se que os acontecimentos que resultaram no conflito tiveram início nas cercanias do município catarinense de Curitiba. Em agosto de 1912, no distrito de Taquaruçu, então pertencente a Curitiba, ocorriam os festejos em louvor ao Senhor Bom Jesus. A festa contava com a participação de integrantes de comunidades vizinhas, sendo evento social e religioso expressivo. Nessas ocasiões, assuntos diversos eram comentados, não ficando de fora a política. Entre os temas que atraíram atenção na festa em Taquaruçu, destacava-se a rivalidade entre os coronéis-fazendeiros Francisco de Albuquerque (superintendente de Curitiba) e Henriquinho de Almeida (líder da oposição) e as mudanças sofridas com a instalação da EFSPRG.

Conferindo prestígio à festa, o curandeiro José Maria fora convidado a participar das comemorações. José Maria era tratado por muitos de seus admiradores como “monge”, mesmo não integrando nenhuma ordem monástica ou seita religiosa. O título de monge, no planalto catarinense, era comumente atribuído a andarilhos, curandeiros e pregadores com ares de santidade, tradição iniciada com a peregrinação do monge S. João Maria de Agostinho (CABRAL, 1979, p. 107).

Próximo a muitas pessoas da região, incluindo em seu círculo de amigos, inimigos políticos do coronel Albuquerque, a presença de José Maria e o expressivo número de pessoas a sua volta passaram a preocupar o chefe político local. No contexto do coronelismo, as artimanhas da política estadual favoreciam a permanência do coronel Albuquerque no poder. Consta que dispunha do apoio do governador do Estado de Santa Catarina, Vidal Ramos, do Partido Republicano Catarinense (SOARES, 1920, p. 97-105). As frequentes acusações de fraude nas eleições e crimes contra o erário na gestão do município de Curitiba não bastaram para alijar Albuquerque do cargo.

Encerrada a festa do Bom Jesus, José Maria permaneceu em Taquaruçu, e, ao invés da população se dispersar, muitas famílias permaneceram na localidade para serem atendidas pelo curandeiro. O clima era tenso. Entre as pessoas que cercaram o monge, estavam criadores de gado, comerciantes, pequenos proprietários rurais e posseiros. Entre esse último grupo, estariam famílias expulsas das terras ocupadas em benefício de empresas estrangeiras e dos grandes proprietários. Diante da situação, temendo que essa atitude favorecesse de algum modo a mobilização de seus adversários, Albuquerque tomou medidas desproporcionais, denunciado o ajuntamento como um movimento pró-restauração da monarquia.

Fanatismo semelhante ao de Canudos acaba de explodir à margem de Taquaruçu, a sete léguas da vila. Inspira o movimento um indivíduo de nome José Maria Agostinho, que se diz “monge, profeta, médico e santo”. Vinda a Campos Novos, proclamou em Taquaruçu a restauração da monarquia,

tendo centenas de pessoas, que armadas, o rodeiam. Promete marchar sobre esta vila, pretendendo fazer aqui seu quartel-general, de onde agirá no intuito de abranger os três Estados do Sul.(BRASIL, 1914, p. 577).

O conteúdo do telegrama foi considerado por observadores de época e por pesquisadores uma farsa. Teria sido produto de uma liderança política decidida a criar um fato adverso aos seus opositores. Canudos era evocada para justificar medidas excepcionais (SOARES, 1920, p. 79; QUEIROZ, 1981, p. 88).⁶²

Apoiado pelo governador, o pedido de Albuquerque fora rapidamente atendido, dando início à perseguição ao monge. José Maria buscou refúgio no distrito de Irani, acompanhado de um séquito de admiradores e amigos. À época, Irani encontrava-se sob jurisdição do Paraná, integrando a disputa judicial com o estado vizinho. Foi nesse ponto que a situação, então local, converteu-se em problema mais amplo. O histórico de luta entre partidários dos estados na disputa pela posse da região estimulou um clima de desconfiança mútua, dando ensejo à reação paranaense (QUEIROZ, 1981, p. 91; MACHADO, 2004, p. 183).

Para o governo do Paraná, a equação era simples. A presença de um grupo armado, proveniente do estado vizinho, foi percebida como fruto da intenção em promover um conflito com vistas a favorecer Santa Catarina no litígio judicial. A Força de Segurança Pública paranaense (atual Polícia Militar estadual) foi mobilizada de imediato, na intenção de desfazer o ajuntamento e prender José Maria.

Ao amanhecer do dia 22 de outubro de 1912, a força paranaense desencadeou a ação para prender o monge. A operação foi um fracasso. Após um encontro violento, cercado de denúncias de precipitação (por parte das tropas) e de impensada persistência ao desafiar a polícia (por parte do monge), morreram dezenas de pessoas, entre elas o coronel em comissão João Gualberto (capitão do Exército), comandante da Força de Segurança, e José Maria. Em Curitiba, o desfecho do combate promoveu manifestações gerais de indignação e acusações contra o governo vizinho. Diante do quadro, ambos os estados mobilizaram suas forças de segurança e o governo federal determinou a mobilização do Exército para conter a situação (PEIXOTO, 1916, p. 134-135).

Morto José Maria, o ajuntamento se desfez e paulatinamente as tropas foram desmobilizadas. Entretanto, o ocorrido contribuiu para dar início a um processo de fabulação em torno da liderança do monge. De curandeiro, José Maria

62 Durante o conflito, foi publicado pela imprensa um manifesto atribuído aos rebeldes no qual era declarada a intenção de fundar uma monarquia sul-brasileira. Não tardou e o manifesto foi reconhecido como uma fraude, cuja autoria nunca foi adequadamente esclarecida. O documento falso, entretanto, somou-se às acusações presentes no telegrama de Albuquerque e contribuiu para difundir a versão de que no Contestado lutavam membros de um movimento cujo objetivo era restaurar o regime monárquico ou implantar uma versão própria desse regime. (SALOMÃO, 2012, p. 232).

passava a profeta e santo. Em uma das profecias cuja autoria era atribuída a José Maria, foi vaticinado: “Si eu morrer, ressuscitarei e trarei força de Cavalaria dos Céus para matar todos os peludos e todos os que não forem da lei da Monarquia; os irmãos que morrerem ressuscitarão [...]” (ASSUNÇÃO, 1917, p. 225). Recordando a constituição dos movimentos sebastianistas da Serra do Rodeador e da Pedra Bonita, desencadeados em Pernambuco, no século XIX, os temas da monarquia, da ressurreição dos mortos e da intervenção de forças celestiais eram recorrentes entre os rebeldes, demonstrando que temas caros ao messianismo e ao milenarismo circulavam no Contestado (SALOMÃO, 2012).

4 AÇÃO MILITAR E REVOLTA POPULAR

Decorrido pouco mais de um ano do combate do Irani, em dezembro de 1913, uma nova aglomeração de devotos formou-se em Taquaruçu. A profecia se auto-realizava. À frente do movimento, estava Eusébio F. dos Santos, cujas netas alardeavam conversar com o espírito de José Maria. O acampamento ganhou expressividade e, diariamente, cantos e rezas em nome de S. Sebastião e José Maria eram proferidos (ASSUNÇÃO, 1917, p. 236). Em pouco tempo, o acampamento converteu-se em um pequeno povoado, reunindo aproximadamente 200 casas e abrigoando cerca de 800 pessoas (QUEIROZ, 1981, p. 127-128).

Em dezembro de 1913, o Exército e a polícia catarinense enviaram tropas para Curitibanos. A intermediação de políticos, lideranças populares e religiosas foi tentada, sem sucesso. O deputado federal Correia de Freitas foi um dos encarregados de negociar com os acampados (QUEIROZ, 1981, p. 126). Diante do insucesso das negociações, o General Alberto de Abreu ordenou que as unidades militares acantonadas na região se combinassem numa força conjunta para investir contra Taquaruçu. A decisão do Inspetor da Região Militar em Curitiba (atual 5ª Região Militar) empregava uma clássica estratégia de cerco (PEIXOTO, 1916, p. 144). Além das forças militares regulares, as tropas contaram com o apoio de civis em armas, chamados de vaqueanos, muitos dos quais eram capangas dos coronéis-fazendeiros (ASSUNÇÃO, 1917, p. 249).

Tudo parecia simples de executar. Porém, as tropas não estavam devidamente preparadas para operar na região. O desconhecimento do terreno e a rudimentar rede de comunicações eram dois dos principais pontos falhos da operação em curso. Poucas e precárias eram as informações sobre o terreno a ser percorrido; cartas topográficas e croquis eram escassos e/ou, sobre certas localidades, inexistentes. O principal instrumento das tropas para percorrer a região era o guia ou mateiro, contratado nas povoações locais e cuja lealdade sempre estava sob suspeita. Para ampliar o problema, os caminhos eram sinuosos, cercados por densas matas e, em caso de chuva, convertiam-se em atoleiros. As comunicações das unidades entre si e para com o comando eram efetuadas com dificuldades. As unidades do Exército

e da polícia comunicavam-se, quando em deslocamento, basicamente empregando mensageiros (PEIXOTO, 1916, p. 144-145).

Com dois dias de atraso, as tropas chegaram às cercanias de Taquaruçu em 31 de dezembro. Os integrantes do movimento defenderam-se por meio de escaramuças ao longo dos caminhos, pouco podendo fazer frente a uma força atacante superior. O improvável, porém, aconteceu. As tropas que avançavam pelo norte e leste entraram em combate sem a necessária sintonia, agindo antes da chegada do efetivo proveniente do sul. Poucas horas após o início da ação, diante da resistência dos acampados, os militares recuavam em aparente desorganização, conduzindo feridos e abandonando cargueiros repletos de munições e víveres (PEIXOTO, 1916, p. 147).

O fracasso da operação foi atribuído à desorganização e à falta de experiência em combate dos militares. Certo foi que armas, munições e mantimentos ficaram para trás, sugerindo, entre outros aspectos, a falta de entrosamento e liderança de graduados e oficiais. Do lado rebelde, a retirada das tropas foi vista como proveniente da proteção divina, uma vez que venceram números atacantes dispendendo de poucos recursos. Esse episódio expôs as debilidades da força militar. O Exército perdia um combate para si mesmo, dando mostras ao público de que operava com dificuldade.

A imprensa comparou o ocorrido com o fracasso da primeira expedição militar contra Canudos. A reação à derrota não tardou. De Florianópolis, um batalhão foi enviado para atacar Taquaruçu, contando com reforços e apoio em artilharia pesada (PEIXOTO, 1916, p. 150). Em 8 de fevereiro de 1914, o povoado foi atacado. A ação foi esmagadora e se estendeu até à tarde, enfrentando a ineficaz resistência dos devotos. Ocupando posição vantajosa nos morros que cercavam a localidade, a artilharia despejou mais de uma centena de granadas explosivas, arrasando completamente os casebres e matando dezenas de pessoas (PEIXOTO, 1916, p. 158-159).

Destruída Taquaruçu, o ambiente de predominante celebração e expectativa religiosa dera lugar à indignação e à revolta. Para surpresa daqueles que ordenaram o ataque, o episódio não desencorajara os devotos. Em pouco tempo, novos povoados foram formados, onde práticas religiosas se somavam ao treinamento paramilitar. A busca por proteção contra as forças repressoras e o sentimento de identidade comum em torno da fé religiosa uniu centenas de pessoas. O movimento crescia a cada dia, recebendo devotos, lideranças locais e atraindo grupos armados de várias procedências (incluindo ex-combatentes da Revolução Federalista). A agressão criou as condições favoráveis para a eclosão de uma rebelião que se nutriria de ressentimentos pessoais, interesses políticos e fervor religioso. Contemporâneo do episódio, o tenente Demerval Peixoto concordava que a ação militar fora uma opção temerária, dando ensejo a uma reação inesperada, afirmando que “O ataque de Taquaruçu foi positivamente o facho que ateou a guerra no Contestado.” (PEIXOTO, 1916, p. 160).

Entre os novos acampamentos, o primeiro fora Caraguatá. Atacado pelos militares, a resistência rebelde foi tenaz e implacável. Movimentando-se com destreza pelas matas, como a empregar táticas de guerrilha, os rebeldes causavam expressivas baixas ao Exército, obrigando o recuo das tropas (PEIXOTO, 1916, p. 180).

Dificultando a operação militar e mesmo a compreensão de como lidar politicamente com a rebelião, muitos acampamentos eram independentes do núcleo principal do movimento, conferindo um caráter descentralizado de parcela da liderança rebelde. Testemunhando a amplitude do movimento, no vale do rio Timbozinho, formou-se S. Sebastião, reunindo posseiros que há muito se viam em confronto com os coronéis-fazendeiros. O povoado congregou aproximadamente 500 casas e 2 mil moradores (QUEIROZ, 1981, p. 153).

Assassinatos, ataques a vilas, serrarias, cartórios e fazendas, depredação às estações e trilhos da ferrovia, entre outras ações, foram reputadas aos rebeldes. Soube-se que bandoleiros não ligados ao movimento aproveitaram o momento para roubar, passar dinheiro falso, praticar abigeato, entre outros crimes. A repercussão desses eventos causou novos atritos entre os governos estaduais, que trocavam acusações. Do Exército foi exigida uma solução imediata para conter a rebelião. Uma nova expedição militar foi organizada e confiada ao General Carlos de Mesquita, veterano de Canudos. As tropas disponíveis na região receberam reforços, constituindo uma força de 1.500 homens (PEIXOTO, 1916, p. 186). De questão local, o movimento messiânico ganhou contornos que envolviam, para o governo federal, a estabilidade política e econômica da região.

Ao assumir o comando, o General Mesquita constatou que a situação das unidades militares era precária. Faltavam provisões, fardamentos, medicamentos e toda sorte de materiais. O general, além de solicitar apoio em pessoal e remessas de mantimentos, remédios, fardas e munições, propôs o emprego de aviões em operações de observação (PEIXOTO, 1916, p. 212-213). Buscava, assim, melhor conhecer a localização dos rebeldes e dos caminhos a serem percorridos. Teve, por fim, a proposta recusada.

Demonstrando o peso dos desentendimentos entre os oficiais comandantes, Mesquita ressentia-se das decisões do General Abreu. Por exemplo, dos 70 contos de réis liberados pelo ministro da guerra, general Vespasiano Silva, para subsidiar as operações, 30 ficaram retidos por Abreu para emprego em “outros destinos de importância” (MESQUITA apud PEIXOTO, 1916, p. 201).

Retomando a iniciativa, as tropas da expedição do General Mesquita iniciaram as operações. Após diversos reveses, parecia que as ações teriam resultado favorável. Avaliada como alvo de importância, as tropas julgaram alcançar o acampamento rebelde de S. Antônio – na verdade, uma guarda de S. Sebastião (QUEIROZ, 1981, p. 158). O combate foi travado em maio de 1914. Empregando obuses e metralhadoras, logrou-se dispersar os rebeldes. Constatando o abandono

do reduto, Mesquita tomou uma decisão surpreendente: deu por encerrada a operação e solicitou sua remoção ao General Abreu. (PEIXOTO, 1916, p. 210-211). Desinformação, ou mesmo contrariedades pessoais, podem ter pesado na decisão de Mesquita.

Apesar da vitória aparente, não havia indicativos de rendição ou dispersão dos demais acampamentos. Meses depois, a calmaria aparente encerrou-se quando os rebeldes, entre outras ações, atacaram a serraria da Lumber no distrito de S. João, matando inúmeros funcionários e moradores. Em resposta, uma unidade militar, sediada em União da Vitória, reagiu deslocando-se para a localidade por via férrea. Ao cair numa emboscada, o resultado foi a morte de vários militares, incluindo o comandante da tropa, Capitão João Teixeira de Mattos Costa – militar partidário da negociação com os rebeldes e que iniciou uma investigação para apurar denúncias de crimes na região, as quais envolviam o Coronel Fabrício Vieira e seus vaqueanos. (PEIXOTO, 1916, p. 223; CARVALHO, 1915, p. 22).

O Exército era mais uma vez ferido em seus brios. Para conter a revolta e os desentendimentos entre as partes envolvidas nas operações, seria usado o recurso da intervenção.

5 A EXPEDIÇÃO SETEMBRINO DE CARVALHO E O IDEAL MODERNIZADOR

No início de setembro de 1914, o ministro da guerra Vespasiano Silva nomeou o General Fernando Setembrino de Carvalho para o comando da Inspetoria da Região Militar em Curitiba e das forças em operações no Contestado. O ministro buscou, com essa manobra, dar plenos poderes a Setembrino, de forma a evitar os desentendimentos anteriores que prejudicaram o comando do General Mesquita. A missão de Setembrino revestia-se de caráter especial, pois era amparada pelo pedido de intervenção proveniente dos executivos catarinense e paranaense, conforme esclarecia o Aviso do Ministério da Guerra nº 695, de 8 de setembro de 1914. (BRASIL, 2018; e Aviso 695 apud CARVALHO, 1916).

O General Setembrino era um oficial testado no campo político. No Ceará, assumiu provisoriamente o governo como interventor em virtude da Revolta de Juazeiro do Norte (1914), assunto que envolvia acirrada disputa pelo controle do executivo estadual. Soube conciliar interesses, pacificando a situação após acertos com o padre Cícero Romão Batista. Meses depois, Setembrino foi convocado para assumir a intervenção no Contestado, questão delicada, pois envolvia reprimir a rebelião e, concomitante, lidar com os interesses dos governos estaduais na partilha da região.

Após mobilizar as unidades militares disponíveis, Setembrino requereu o apoio de tropas de outros estados. Batalhões e regimentos foram deslocados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo para atuar no Contestado. Assim, o interventor passou a contar com 16 batalhões de infantaria, 11

regimentos de cavalaria, oito baterias de artilharia de montanha, além de unidades de engenharia, serviços de transporte e saúde (PEIXOTO, 1916, p. 258-259).

Os problemas eram inúmeros. Nessa fase da campanha houve empenho em superar dificuldades em pessoal, equipamentos, armas, munições e abastecimento diversos. As unidades careciam de efetivo completo e equipamento adequados. Faltavam uniformes, medicamentos e a alimentação fornecida era motivo de queixas. Ademais, o estado de espírito dos recém-chegados era afetado pelo estado geral de descontentamento dos soldados acantonados há mais tempo (PEIXOTO, 1916, p. 260).

Setembrino tinha o desafio de enfrentar as consequências de várias ações dos rebeldes, entre elas a invasão e depredação de Curitiba. Do lado aliado, o general teve que administrar denúncias contra os vaqueanos, acusados de cometer roubos e assassinatos com a conivência de alguns militares. O maior dos problemas era aprimorar o desempenho das unidades sob o seu comando. O general contava com regulamentos militares traduzidos de manuais alemães e franceses, material pouco conhecido da tropa dada as condições de instrução que imperavam (PEDROSA, 1969, p. 167).

Não tardou e as tropas passaram a contar com recursos superiores, em efetivo, material e numérico, comparativamente com a expedição anterior. Gozando do prestígio dado pelo status de interventor e pela cooperação do Ministério da Guerra, a expedição inaugurou no Brasil o uso de aviões em operações militares. Era um passo significativo na modernização do Exército, considerado o seu atraso no tocante ao emprego da aviação. Tal intento, entretanto, não prosperou. Em virtude do acidente aéreo que vitimou o Tenente aviador Ricardo Kirk, decidiu-se por interromper o emprego dos aeroplanos no Contestado (CARVALHO, 1915, 178).

Sobre a participação de outros atores na campanha militar, destaca-se que o emprego da Marinha brasileira também foi requisitado com o propósito de fiscalizar a navegação fluvial no rio Iguazu na intenção de coibir o contrabando de armas e munições. A requisição não prosperou, dada as dificuldades de ser posta em prática (CARVALHO, 1915, p. 46).

No tocante ao convívio entre civis e a tropa – bebedeiras, brigas, furtos eram comuns nos acampamentos, causando transtornos – o problema da deserção e do fornecimento de informações ao inimigo preocupavam o comando (PEIXOTO, 1916, p. 660-661). Além da disciplina e discrição da tropa, Setembrino preocupava-se com a cobertura jornalística da campanha. Visando evitar o vazamento de informações e o que considerava jornalismo impatriótico, cedo tomou medidas para que “o jornal se mantivesse no círculo de uma perfeita cortesia” (CARVALHO, 1915, p. 29).

No campo operacional, o plano inicial de Setembrino era cercar a região conflagrada. Posto em prática o cerco, as tropas foram distribuídas em quatro colunas ou linhas. A primeira fase da campanha visava ocupar pontos julgados estratégicos, pois possibilitariam proteger cidades e estrangular o abastecimento e

a mobilidade dos inimigos. (CARVALHO, 1915, p. 43-44; idem, 1916, p. 15). As tropas passaram a estar, em sua maioria, mais bem armadas e equipadas. O armamento predominante do Exército eram as clavinhas Mauser (para cavalaria) e fuzis Mauser 1893 (infantaria), contando, também, com pistolas Parabellum (de manejo considerado difícil) e revólveres Smith & Wesson, além de metralhadoras e obuses (CARVALHO, 1915, p. 148-149). No tocante ao cuidado com a tropa, permaneceram muitas das dificuldades, mas houve empenho, por exemplo, na organização do serviço de saúde (CARVALHO, 1915, p. 168).

Após meses de operação, Setembrino logrou êxito. Ao cercar a região e empregar efetivos bem distribuídos, conseguiu estabelecer maior controle sobre as ações sob a responsabilidade do Exército e prejudicar o abastecimento dos redutos. Ao circular mensagens pró-rendição, oferecendo anistia e terras, Setembrino possibilitou que centenas de pessoas depusessem as armas (CARVALHO, 1915, p. 47). Entre aqueles que se entregaram, estavam lideranças rebeldes que terminaram por colaborar ativamente com a repressão, passando informações detalhadas sobre a localização e o funcionamento dos acampamentos. Para que isso fosse possível, contribuiu a fome e doenças entre os rebeldes.

Inspirado em Carl Von Clausewitz, nas palavras do próprio general Setembrino de Carvalho, tratava-se de organizar as tropas e, após o estabelecimento do cerco, promover o decisivo enfrentamento em combate (CARVALHO, 1916, p. 18). Nessa fase, as forças de segurança estaduais voltaram a colaborar ativamente, participando das operações. Houve empenho no recolhimento de informações. Para esse fim, contou-se com a colaboração de indígenas na observação dos redutos (PEIXOTO, 1916, p. 480) e de moradores locais, alguns chegando a ser infiltrados no movimento (PEIXOTO, 1916, p. 429).

As operações em curso, mesmo diante da tenacidade dos rebeldes, começaram a surtir efeito. Após alguns impasses, os acampamentos passaram a ser atacados com eficiência, levando à desorganização do movimento. Somente em fevereiro de 1915, as operações de uma fração da Coluna Norte, encabeçadas pelo capitão Tertuliano Potyguara, resultaram em aproximadamente 160 mortos e cerca de 1.200 casas incendiadas (MIRANDA, 1987, p. 83). O quadro se invertia. Os militares, agora contando com a supremacia em campo, investiam contra os rebeldes visando ao extermínio de sua força militar e recursos. No curso das operações, missões como a encabeçada por Potyguara asseguraram vitórias decisivas – entre elas a destruição de Santa Maria em abril de 1915 (POTYGUARA, 1914), considerado o reduto principal.

A destruição das cidadelas rebeldes não representou o fim do movimento, uma vez que grupos menores persistiram na luta. Porém, diante dos sucessos das operações, a resistência se esvanecia e as informações coletadas davam conta de que os grupos restantes eram pouco expressivos. Tropas do Exército e das polícias estaduais permaneceriam em operação na região, atuando na prisão de rebeldes e ataques aos acampamentos restantes (ASSUNÇÃO, 1918, p. 441-442).

No auge da campanha, as forças militares empregadas passaram a contar com um efetivo de 7.000 a 7.500 soldados. O número é expressivo, em particular se observado que o orçamento fixado para o ano de 1915 previa um total de 18.000 alistados (PEIXOTO, 1916, p. 636). Com base na previsão de alistados, estima-se que 42% do efetivo do Exército atuaram na campanha. O percentual estimado é impreciso e talvez denote exagero, mas oferece uma dimensão do que o Contestado representou para o país. A desmobilização geral das tropas teve início em janeiro de 1916 (PEIXOTO, 1916, p. 771).

No relatório entregue ao Ministério da Guerra, após longa exposição, Setembrino de Carvalho concluiu com duas “observações” extraídas da sua experiência como interventor militar. A primeira, de ordem política, é que a conciliação entre os governos estaduais era essencial para estabelecer a pacificação do Contestado. Devia-se, para tanto, dar solução imediata à questão de limites. A segunda observação pesava sobre as deficiências do Exército: “Em que pese aos seus últimos progressos, a campanha do Contestado veio mostrar que precisamos de organização real e realmente praticada.” (CARVALHO, 1915, p. 180).

A primeira observação de Carvalho tomou corpo em 20 de outubro de 1916, data da assinatura do acordo demarcando os limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina. A disputa territorial não fora o motivo da rebelião iniciada em Taquaruçu, mas esteve em pauta durante a campanha e era do interesse de inúmeras lideranças estaduais. Sua execução, porém, não pacificara os ânimos conforme pensara Carvalho. Mal encerrada a campanha militar, o deputado paranaense Cleto da Silva iniciou uma sublevação contra o cumprimento do acordo.

Sobre a segunda observação, Setembrino de Carvalho apontara em relatório as deficiências do Exército (CARVALHO, 1915). A lista era extensa, incluindo alimentação, armamento, fardamento, saúde, meios de transporte, ação das tropas, formação militar, incluindo advertências sobre o despreparo de muitos oficiais, a má qualidade dos arreios dos cavalos, insuficiência de cartas topográficas e meios de transmissão (comunicação). As observações de Carvalho, entretanto, não se detiveram sobre muitas questões (causas das deserções, desvio de recursos, roubos, violência incontida na aplicação de punições disciplinares, assassinato de prisioneiros), melhor apontadas por autores como Demerval Peixoto. O Exército estava, de fato, longe de se constituir numa instituição moderna, disciplinada e eficiente. A campanha militar no Contestado fora verdadeiro campo de testes, expondo debilidades que desafiariam nas próximas décadas os idealizadores de um Exército modernizado.

6 O IDEAL REFORMISTA E A DEFESA DA PÁTRIA

Na primeira década do século XX, o Brasil enviou oficiais à Alemanha para observar a instrução do Exército desse país. Muitos desses militares se converteriam

em defensores ardentes de uma reforma militar inspirada no modelo germânico. Conhecidos como “jovens turcos”, em alusão aos militares do movimento revolucionário liderado pelo oficial otomano Mustafa Kemal, fundador da República Turca, os jovens militares brasileiros eram partidários não somente de uma reforma militar, mas defensores de mudanças sociais e políticas. Nas palavras de Leila Capella: “Os jovens turcos, cujo modelo de organização perfeita era a Alemanha, pretendiam atuar sobre a sociedade como um todo, criando, a partir do exército, as bases da nação por eles desejada”. (CAPELLA, 1988, p. 163).

Em outubro de 1913, oficiais lançaram a revista *A Defesa Nacional*, inspirada na revista militar germânica *Militaer Wochenblatt*. A revista atuaria como veículo propagador de propostas de transformação do Exército, inspirada nos ensinamentos colhidos das Forças Armadas alemãs e, seguindo o idealismo dos jovens turcos, atuaria como difusora de críticas à condução de assuntos militares (MANSUR, 2002, p. 30).

Jovens turcos e militares alinhados com o ideal reformista observaram o desenrolar dos eventos no Contestado. Ao comemorar um ano de lançamento, *A Defesa Nacional*, na edição de 10 de outubro de 1914, dedicou seu editorial ao Contestado. Ao reconhecer que o conflito assumiu maior gravidade, o editorial fez considerações que envolveram rápida menção a questões políticas e sociais.

Ligados a causas obscuras e cada vez mais controvertidas, mesmo entre os governos dos dois Estados limítrofes, acusados de fomentarem a rebelião entre as populações rurais da zona em litígio, para desse modo servirem melhor seus interesses políticos, os surtos sangrentos dos fanáticos vão se assemelhando à luta inglória de Canudos, onde uma grande parte do nosso Exército sucumbiu aos tiros certos dos jagunços. (EDITOR, 1914, p. 1)

A prosseguir com as considerações, o foco do editorial é a ação do Exército. Após lamentar não ter se alcançado uma solução pacífica, foi enfatizado que ao se iniciar a luta estariam em curso operações de guerra: “A ação das forças militares assumirá, assim, características de operações de guerra, contra irmãos, é verdade, mas irmãos que, por seus atos, estão reduzidos à condição de inimigos” (EDITOR, 1914, p. 2).

Segundo o editorial, o Exército não poderia agir de outra forma senão no alcance de um objetivo: “a ação da tropa só pode ser a consecução de seu objetivo militar: destruir o inimigo” (EDITOR, 1914, p. 2). Não haveria lugar para paliativos, os quais, se adotados, na visão do autor do editorial⁶³, contribuiriam

63 O editorial não está assinado. Os redatores da revista eram os primeiros-tenentes Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis.

para enfraquecer a ação da tropa e desprestigiar o Exército. Para sustentar essa consideração, enfatizou-se que as ações do Exército não podem ter as feições das operações policiais, percebidas como de natureza conciliatória e mais tímida. O Exército era um instrumento diverso, voltado ao combate e cujo objetivo, enquanto não ocorresse à efetiva rendição, deveria prosseguir na intenção de aniquilar o inimigo. “É lamentável que tenhamos de agir assim contra compatriotas. Mas, mais lamentável ainda, é deixar morrer, aos poucos, o nosso Exército, abatendo-se-lhes o moral, por considerações sentimentais inoportunas” (EDITOR, 1914, p. 2).

Do Exército, esperava-se a união em torno de um objetivo comum, mesmo que esse, como enfatizado anteriormente, cada vez mais se assemelhasse a Canudos. O editorial, sem ser explícito, conclamou todos a apoiar a missão confiada ao General Setembrino de Carvalho. Nas considerações finais, destacou-se que o Brasil necessitava de homens que colaborassem, “dentro da ordem, na obra do seu engrandecimento”, “E não precisa menos, também, do esforço e do patriotismo de seus oficiais, para a obra de reorganização militar do Exército e para a educação cívica e militar da Nação” (EDITOR, 1914, p. 2). Em que pesem discordâncias entre o grupo representado pela revista e o seguimento representado por Carvalho, o editorial evidencia que a manifestação de desconforto no emprego do Exército contra sua própria população não poderia chegar ao ponto de consentir ferir os brios dos militares.

No tocante aos assuntos relacionados à defesa (ou à guerra, como era expresso à época), preocupações com a fronteira sul – em particular com a Argentina – estavam na pauta do dia. Após um breve período de entendimentos, a rivalidade foi nutrida pela desconfiança platina a respeito de uma possível aliança entre o Brasil e o Chile (BURNS, 1997, p. 391-394). O histórico militar do Brasil meridional, convulsionado por guerras e revoluções, sugeria que os meios para propiciar o emprego do Exército na região deveriam ser aprimorados. A construção da ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul foi um dos pontos altos nesse sentido. Além de promover o desenvolvimento econômico e o povoamento regional, a construção da estrada de ferro facultou um meio de rápida locomoção para os contingentes militares destinados ao sul do país. Desafortunadamente, a construção da ferrovia terminou por contribuir para a conjuntura que resultou na eclosão da rebelião no Contestado.

Como ressalta Rogério Rodrigues, a situação mundial serviu de argumento para que os oficiais alertassem os políticos e a sociedade para a suposta iminência de um conflito armado no sul do Brasil. Comparações sobre a situação das forças armadas dos demais países da América Latina, que haviam adotado o serviço militar obrigatório (a lei brasileira do serviço militar por sorteio, de 1908, ainda não havia sido posta em prática), demonstravam como o Brasil estava atrasado em termos militares. Antes de 1908, países latino-americanos haviam adotado o serviço militar obrigatório. Entre eles, estavam Argentina, Chile, Peru, Equador e Bolívia (ROUQUIÉ,

1984). Além disso, muitos desses países já haviam recebido missões militares europeias com a função de modernizar suas forças armadas e o Brasil ficava para trás no tocante a modernização. (RODRIGUES, 2008, p. 48).

Para os militares, somente a organização de um Exército à altura da missão de fazer frente às ameaças externas propiciaria a defesa da pátria. O conflito no Contestado evidenciou inúmeras debilidades da força militar, de forma que atores políticos se convenceram da necessidade de se adquirir novos materiais e contratar uma missão militar estrangeira, optando, em decorrência dos resultados da Primeira Guerra Mundial, pelo Exército francês. A aplicação da lei do serviço militar e a adoção de instrução e regulamentos modernos eram percebidos como urgentes. Sem essas medidas, de nada adiantaria a aquisição de novos armamentos. Nisso as gerações militares pareciam concordar. Como esses objetivos seriam alcançados eram os pontos de discordância.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em fevereiro de 1915, no governo de Wenceslau Braz, decretos foram expedidos determinando a reorganização do Exército e a distribuição de efetivos. Com os decretos, o Ministério da Guerra buscava implementar a reorganização da estrutura administrativa, dos efetivos e unidades. (BRASIL, 1915). Os efeitos práticos dessas medidas demoraram a ser sentidos, mas a expedição dos decretos demonstra que o assunto era objeto de preocupação. A Primeira Guerra Mundial e a campanha do Contestado estavam em curso, certamente servindo de argumento para o estamento militar colocar na mesa de reuniões da presidência da República pautas que consideraram urgentes, como a da reforma do Exército.

Nos tópicos anteriores, buscou-se evidenciar a importância do conflito, o qual, pelas suas dimensões extrapolou questões regionais não somente pelo envolvimento do Exército. A região, em si, era objeto de inquietação. Quando se discorreu sobre a Questão de Palmas, uma das intenções foi evidenciar que à época do conflito esse era assunto recentemente solucionado. O desenvolvimento econômico e o povoamento da região eram motivos de preocupação. A instabilidade política regional em nada contribuía para a defesa territorial em caso de guerra contra inimigo externo. Pesavam receios com a Argentina, que fazia fronteira com o oeste catarinense. Nos anos 1920, ventos reformistas buscavam a realização do sonho de converter a Argentina em uma potência econômica e militar (BEIRED, 2001), despertando preocupações no Brasil. Diante desse cenário, os militares ganhavam a atenção desejada para implantar medidas modernizadoras.

A desejada modernização e reforma do Exército não seriam prontamente atendidas pela expedição de decretos ou pela ação saneadora de Setembrino de Carvalho. Sob a perspectiva daqueles que clamavam por transformações, a campanha do Contestado serviu de campo de testes, propiciando o conhecimento

in loco das debilidades e oportunidades de aprimoramento da força militar. Medidas administrativas e práticas seriam tomadas ao longo dos anos, demonstrando que a reorganização permanecia uma meta a ser atingida. As medidas mais conhecidas foram a adoção de uma Missão Militar Indígena (1919-1922), conduzida por oficiais brasileiros na Escola Militar do Realengo, e a contratação, em 1919, da Missão Militar Francesa (1920-1940).

Nos tópicos deste artigo, também se buscou evidenciar que o contexto do conflito no Contestado reunia questões de cunho político e social que se fizeram sentir na formação da mentalidade militar. O historiador norte-americano Frank McCann, ao discutir os desdobramentos do Contestado para a instituição militar e seus integrantes, observou:

O Contestado continuou a ser, por vários anos, um importante elemento da memória institucional do Exército. Sem testemunhos precisos é difícil avaliar o impacto da rebelião sobre o pensamento e o comportamento posterior dos oficiais individualmente, mas é digno de nota o fato de que participaram da luta oficiais que tiveram papéis importantes na década de 1920 e posteriormente. (MCCANN, 2009, p. 212).

No curso da política das salvasões nacionais, do governo Hermes da Fonseca, atritos entre oligarcas estaduais eram intermediados por chefes militares com vistas a pacificar lutas políticas. O general Setembrino de Carvalho interviu no Ceará com esse intento, por ocasião da Revolta de Juazeiro (1914). Medidas com esse viés acomodavam interesses, em nada mudando os malefícios advindos da concentração de poder nas mãos dos mandatários locais.

No decorrer da campanha, os militares testemunharam as consequências de uma política de tolerância aos abusos promovidos por chefes políticos e, conseqüentemente, prejudicial aos interesses gerais da população. Dessa forma, percebe-se que o conflito propiciou aos jovens militares uma oportunidade de contato com uma realidade para além de questões institucionais e assuntos estritamente militares. No meio militar, a revista *A Defesa Nacional* foi importante veículo difusor do pensamento da oficialidade a respeito da condução de temas políticos relacionados ao Exército, estando atenta ao Contestado. Anos depois, oficiais e sargentos que lutaram no Contestado integraram o movimento tenentista, fazendo oposição às práticas do coronelismo e, por diversas vezes, ferindo a disciplina militar para alcançar seus objetivos. Alguns desses militares participariam da Coluna Miguel Costa-Prestes e da Revolução de 1930. Discutir em que medida a experiência adquirida na serra catarinense impactou na constituição da mentalidade desse grupo de oficiais, como sugeriu McCann, é um excelente assunto para pesquisa. Ao pesquisar os reflexos do Contestado para a instituição militar, pode-se verificar que a experiência adquirida seria objeto de atenção durante décadas. Do material

consultado, por exemplo, relatório do Estado-Maior do Exército, de 1963, dedicou-se a analisar o que a experiência advinda da campanha militar no Contestado poderia contribuir para a “formulação de uma doutrina de emprego das Forças Armadas do Brasil” (BRASIL, 1963, p. 1).

A “guerra” dos fanáticos deixou sua marca entre gerações de militares, com consequências para o Exército e a sociedade brasileira. Da reforma e modernização do Exército ao trauma regional com o conflito, muito há a ser pesquisado de forma a oferecer uma melhor compreensão daqueles acontecimentos para o conjunto da sociedade.

REFERÊNCIAS

A Defesa Nacional. Rio de Janeiro: [s. n.], n. 13, 10 out. 1914.

ASSUNÇÃO, Herculano Teixeira de. *A campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917. v.1.

_____. *A campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1918. v. 2.

BEIRED, José Luis Bendicho. A grande Argentina: um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 42, p. 303-322. 2001.

BERNARDET, Jean-Claude. *Guerra no Contestado*. São Paulo: Global Editora, 1979.

BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Seções de 16 a 31 de outubro de 1912. v. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 11.497, de 23 de fevereiro de 1915. Faz a remodelação do Exército Nacional. Rio de Janeiro, RJ: *Diário Oficial da União*, 28 fev. 1915. Seção 1, p. 2275. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11497-23-fevereiro-1915-513642-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 11.498, de 23 de fevereiro de 1915. Estabelece a constituição dos diversos elementos que entram na organização normal do Exército activo a sua distribuição pelo território nacional. Rio de Janeiro, RJ: *Diário Oficial da União*, 28 fev. 1915. Seção 1, p. 2279. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11498-23-fevereiro-1915-509952-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. “Conclusão da pesquisa características do combatente”. *Guerra do Contestado*. Relatório do Estado-Maior. Rio de Janeiro, 1963. (Acervo do Centro de Documentação do Exército, Brasília-DF).

BRASIL. Ministério da Guerra. Aviso de 8 de setembro de 1914. *Relatório do Ministério da Guerra*, Rio de Janeiro, p.119, maio 1915. Anual. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1914_00001.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BURNS, E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: Sociedade e instituições – o Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997. v. 2, t. 3.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A campanha do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. *Militares e organização nacional: os jovens turcos*. Ciências sociais hoje. São Paulo: Vértice, ANPOCS, 1988.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações na guerra do Contestado*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

_____. *A pacificação do Contestado*. Rio de Janeiro: Clube Militar, 1916.

CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

MANSUR, Carlos Alberto. *A influência dos jovens turcos na EEM*. Rio de Janeiro: ECEME, 2002.

McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.

MIRANDA, Alcibíades. *Contestado*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

PEDROSA, José F. de Maya. Canudos e Contestado. *Revista do IGHMB*. Estado da Guanabara, v. 45, n. 58, p. 155-171. 1969

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado: episódios e impressões*. Edição do autor. 3 v. Rio de Janeiro, 1916.

POTYGUARA, Tertuliano de A. Parte de combate ao reduto de Santa Maria, 20 de abril de 1914, Comando da Coluna Norte, Canoinhas, 1914. 10 p. (Acervo do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro).

QUEIROZ, Maurício V. de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado*. São Paulo: Editora Ática, 1981.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro*. 2008. 430 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: AlfaÔmega, 1984.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. *A Guerra de S. Sebastião (1912-1916): um estudo sobre a resignificação do mito do rei encoberto no movimento sociorreligioso do Contestado*. Tese de Doutorado. 2012. 294 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11437/1/2012_EduardoRizzattiSalomao.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SOARES, José O. Pinto. *Apontamentos para a história: o Contestado*. Porto Alegre: Oficinas gráficas do Instituto de Eletro-técnica da Escola de Engenharia, 1920.

STULZER, Aurélio. *A guerra dos fanáticos (1912-1916): a contribuição dos franciscanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

Recebido em: 12 dez. 2017

Aceito em: 15 fev. 2018